

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR - UNIREDENTOR
CURSO: PSICOLOGIA

SAMARA APARECIDA SANTOS NUNES

**O MANEJO DA CLÍNICA PSICANALÍTICA NA ANÁLISE DE
PESSOAS SURDAS: Comunicação através da Língua Brasileira de
Sinais**

Itaperuna

2021

SAMARA APARECIDA SANTOS NUNES

**O MANEJO DA CLÍNICA PSICANALÍTICA NA ANÁLISE DE
PESSOAS SURDAS: Comunicação através da Língua Brasileira de
Sinais**

Monografia apresentada à
UniRedentor como parte dos
requisitos para a obtenção do título
de bacharel em Psicologia

Orientador(a): Camilla Paiva da Silva Crespo

Itaperuna

2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

Acadêmico/a: Samara Aparecida Santos Nunes

Título: O MANEJO DA CLÍNICA PSICANALÍTICA NA ANÁLISE DE PESSOAS SURDAS: COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DA LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Objetivo: Título de Bacharel em Psicologia

Instituição: UniRedentor

Área de concentração: Psicologia

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Me. Camilla Paiva Silva Crespo
Orientadora
UniRedentor

Prof. Me. Letícia dos Santos Cerqueira
UniRedentor

Prof. Esp. Reginaldo Ferreira da Silva
UFSC

DEDICATÓRIA

A todos os surdos que em algum momento da vida necessitaram de cuidados à sua saúde mental e aos profissionais de Psicologia que desejam se aventurar nesse território da Libras.

AGRADECIMENTOS

À prof. Me. Camilla Crespo pela grande contribuição teórica e prática sobre a Psicanálise, por todo apoio e auxílio na realização desse trabalho, e por acreditar na minha capacidade de escrever sobre esse tema.

À prof. D.Sc. Denise Mello pelo apoio, incentivo e entusiasmo com o tema de meu trabalho desde o primeiro momento.

À todos os meus professores, surdos e ouvintes, da Associação de Surdos de Muriaé.

À minha família e amigos que me incentivaram a escrever sobre esse tema e apoiaram da melhor maneira possível.

“Para aqueles que pensam que a psicanálise é reinventada a cada paciente, que é uma pesquisa sustentada por uma ética e uma escuta, atesto que trabalhar com sujeitos surdos em língua de sinais é possível para uma analista ouvinte, embora ainda seja um desafio a vencer.”

Maria Cristina Petrucci Solé (2005)

RESUMO

Sabe-se que as pessoas surdas também enfrentam muitos conflitos psíquicos, assim como os ouvintes, porém no Brasil se encontra um pequeno número de Psicanalistas que se propõem a atender um paciente que seja surdo. Desse modo, a demanda é muito maior do que a quantidade de profissionais para atendê-los. O problema que vem ser apresentado é sobre de que modo o analista poderá atender o analisante surdo. Para que o analista atenda o surdo é necessário que aquele adentre no universo da surdez e através da LIBRAS tenha a possibilidade de aproximação na comunicação entre Analista e paciente. O presente trabalho é de grande importância para a comunidade acadêmica, visto a carência de trabalhos publicados sobre o tema e para os analistas que desejam realizar análise de pessoas surdas. Esse trabalho tem como objetivo investigar a possibilidade de realizar a análise com sujeitos surdos a partir da Libras como meio de comunicação, contextualizando a história dos surdos e do surgimento da Libras, bem como o modo como esse surdo vai se constituir enquanto sujeito para a Psicanálise e os manejos do *setting* analítico para alcançar o surdo pela Libras. O trabalho se fundamenta a partir da pesquisa exploratória de livros, teses e artigos já publicados sobre o tema, bem como artigos sobre entrevistas de Psicanalistas que atuaram com os surdos em seus consultórios. Desse modo, acredita-se que através da Libras é possível estabelecer uma comunicação entre ambos e realizar o trabalho analítico de acordo com os manejos necessários.

Palavras-chave: Surdos, Libras, constituição do sujeito, Psicanálise.

ABSTRACT

Everybody knows that deaf people face many psychic conflicts, as well as the listeners. In Brazil, there is a small number of Psychoanalysts who propose to assist a patient who is deaf. Thus, the demand is much bigger than the number of professionals to serve them. The problem is the way that the analyst can serve the deaf person. It is important and necessary for the analyst to enter the universe of deafness and through LIBRAS has the possibility of a good communication between Analyst and patient. The present research has a great importance for the academic community and there is a lack of published papers about this theme and for the analysts who wish to analyze deaf people. This work aims to investigate the possibility of carrying out the analysis with deaf people through Libras as a mean of communication, contextualizing the history of the deaf and the emergence of Libras, as well as the way this deaf person will be constituted as a subject for the Psychoanalysis and the management of the analytical setting to reach the deaf by Libras. The work is based on the exploration of researches in books, theses and articles already published on the theme, as well as articles on interviews with Psychoanalysts who worked with the deaf in their offices. In this way, it will be possible, through Libras, to establish a communication between both and carry out the work analytical according to the necessary managements.

Keywords: Deaf, Libras, Constitution of the subject, Psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. CAPÍTULO 1: A LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS E CULTURA SURDA.....	9
1.1 Os Surdos na História	9
1.2 História dos Surdos no Brasil	11
1.2 Comunicação Total.....	12
1.3 A Língua Brasileira de Sinais	13
2. CAPÍTULO 2: A PSICANÁLISE E A CONSTITUIÇÃO DO SURDO ENQUANTO SUJEITO	17
2.3 O Complexo de Édipo	22
3. CAPÍTULO 3: MANEJOS CLÍNICOS.....	31
3.1 A Clínica da Escuta	31
3.2 O Setting Analítico: a Associação Livre e a Atenção Flutuante do Analista na Libras	32
3.4 Os Impasses da Transferência na Dinâmica do Surdo	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

INTRODUÇÃO

Por muito tempo os surdos foram vistos como seres que não tinham valor para a sociedade, e que nem mesmo eram considerados pessoas. Eram seres castigados pelos Deuses, perambulavam pelas ruas, sendo vítimas de preconceitos e de grande desprezo. Com o passar do tempo, os surdos passaram a ser vistos como pessoas deficientes e de baixa aquisição intelectual, entretanto, alguns desses surdos conseguiam pronunciar algumas palavras. Ao inseri-los nas escolas, eles eram ensinados a falar. O objetivo era de que todo surdo fosse oralizado e pudesse se comunicar pela voz. Os gestos manuais não eram aceitos pela sociedade e por muito tempo os surdos foram proibidos de se comunicarem através das mãos.

Porém, continuavam se comunicando pelos gestos às escuras, e se reunindo em sociedades secretas para que as línguas de sinais não desaparecessem e permanecessem vivas por gerações. A Libras tem papel muito importante ao ser oficializada como a Língua oficial Brasileira de Sinais. Pois permitiu a comunicação de surdos e ouvintes através de uma língua própria, contando com estrutura gramatical, regras e vocabulário específico, assim como outras línguas.

A Libras foi oficializada no ano de 2002, e a partir daí ela tem sido difundida cada vez mais nas comunidades e nas escolas, como meio de comunicação entre os surdos e ouvintes conhecedores da língua.

Apesar da Libras ser uma forma dos surdos se comunicarem, sabe-se que as pessoas surdas também enfrentam muitos conflitos psíquicos, assim como os ouvintes, e não são acolhidos no seu sofrimento, pois, no Brasil, existe apenas um pequeno número de Psicanalistas que se propõem a atender um paciente que seja surdo devido à falta de informação e à falta de conhecimento e domínio da Libras.

Desse modo, o presente projeto propõe-se a investigar a possibilidade de atender um paciente surdo, através da língua utilizada por eles, a LIBRAS, destacando os possíveis desafios a serem encontrados nesse percurso. O problema que vem a ser apresentado é: Como pode o analista atender o surdo?

Supõe-se que para que o analista atenda o surdo seja necessário que aquele adentre no universo da surdez e através da LIBRAS e tenha a possibilidade de aproximação na comunicação entre Analista e analisante.

Para checar essa hipótese, buscou-se investigar a possibilidade de atuar na clínica psicanalítica utilizando-se da LIBRAS como forma de comunicação entre analista e analisante, apontando alguns dos desafios que o profissional precisará manejar para atender o paciente surdo, contextualizando a história da LIBRAS e cultura surda para que o leitor pudesse identificar de que público o trabalho se refere e as especificidades da Libras enquanto língua.

Fez-se necessário também investigar o modo como o surdo se constitui enquanto sujeito para psicanálise, visto a importância dessa constituição dentro da clínica, já que algumas pessoas acreditam que pela falta de comunicação oral do surdo, ele não conseguiria se constituir enquanto sujeito, e muitos se questionam sobre quais os caminhos que o surdo pode percorrer para se tornar sujeito assim como os ouvintes, dando ênfase aos principais estágios que Freud e Lacan trazem em suas teorias sobre a infância e desenvolvimento da criança.

E por fim, buscou-se analisar os desafios do manejo clínico encontrados pelo analista no alcance do surdo pela Libras destacando-se alguns dos principais fundamentos da clínica psicanalítica e condições para que a análise aconteça, como a associação livre e transferência e as questões relacionadas ao *setting* como a impossibilidade de usar o divã e a forma de manter o sigilo diante de uma língua que se pauta no parâmetro visual.

Esse trabalho tem sua importância para a comunidade acadêmica que pouco fala sobre surdos e em especial, sobre a clínica psicanalítica atuando com um analisante surdo, além de fornecer reflexões acerca do trabalho que o analista pode realizar e as alterações que terá que fazer para que esse surdo possa ser alcançado.

As respostas foram obtidas através de uma pesquisa exploratória sobre artigos, teses e livros já publicados sobre a temática dos surdos, da Libras e dos manejos clínicos na psicanálise, além de um grande arcabouço teórico sobre a constituição do sujeito a partir de Freud e Lacan e demais comentadores. Baseando-se ainda, em alguns Psicanalistas que atendem pacientes surdos e contaram suas experiências através de seus livros e artigos.

Para dar início, é de grande valia compreender o que é a Língua Brasileira de Sinais, do que ela trata, como ela se estrutura e de que modo ela foi inserida na vida dos surdos e utilizada nos dias atuais como forma de comunicação entre surdos e ouvintes, e para melhor assimilar o contexto em que o surdo se encontra é necessário para dar a sua devida relevância. Desse modo, o primeiro capítulo abarca a história

dos surdos e o percurso que eles fizeram para se tornarem pessoas dignas de respeito e dignas de uma língua própria e oficial em nosso país.

1. CAPÍTULO 1: A LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS E CULTURA SURDA

1.1 Os Surdos na História

A História da Educação dos surdos tem seu início na Europa e nos Estados Unidos, onde se formaram as primeiras sociedades que se utilizavam da Língua de Sinais. No Brasil em 1857 foi fundada a primeira escola de surdos, a partir de uma importantíssima figura: Dom Pedro II, juntamente com sua esposa e um professor surdo da França, Ernest Huet.

O percurso histórico dos surdos possui diversos momentos. Entre eles, a associação de língua com a fala, que causou grandes equívocos sobre a surdez, pois o surdo, por não produzirem fala, foram reduzidos a seres não-pensantes, já que o pensamento estava relacionado à dimensão de oralidade e a linguagem como pré-requisito para o pensamento. (QUADROS, 1997).

Do mesmo modo, na antiguidade, as pessoas com deficiência em geral não eram valorizadas e sofriam preconceito, discriminação e desprezo. Eram seres castigados pelos deuses e defeituosos. (MORI; SANDER, 2015)

Strobel (2009) também contribui para a história, lembrando que na Grécia, além dos surdos serem considerados como inválidos, eram vítimas de assassinatos, queimados vivos e lançados de penhasco, pois eles traziam incômodos para a sociedade. Entretanto, na mesma época, para os egípcios, os surdos eram considerados como privilegiados, aqueles que conversavam em segredo com os deuses. Os surdos eram respeitados e adorados, mas permaneciam em seu silêncio.

Na Idade Média, a história ainda não era diferente, os surdos eram privados de qualquer direito conferido às demais pessoas da sociedade, e eram tidos como estranhos e objetos de curiosidade. Na Religião eram também excluídos, impossibilitados de comungar, visto que não eram capazes de confessar seus pecados (STROBEL, 2009).

Na Idade Moderna, o Italiano Girolamo Cardano defendeu que os surdos deveriam ser ensinados a ler e a escrever, Cardano teve um filho surdo e se propôs a estudar o caso de seu filho. Outro nome importante dessa época foi o do monge beneditino Pedro Ponce de Leon, na Espanha, que criou a primeira escola para surdos, ele ensinava Latim, Grego e Italiano e algumas disciplinas como a física e

astronomia. Dois integrantes dos beneditinos eram surdos, e um deles conquistou seu direito a receber a herança do pai como marquês, e o outro se tornou padre com a autorização do Papa (STROBEL, 2009).

Porém, com o passar dos anos, o ensino dos surdos foi se perdendo. Somente os surdos que falavam poderiam ter direitos a heranças. A partir daí, diversos métodos de ensinar os surdos foram se desenvolvendo, a fim de que os ensinassem a ler, a escrever e a falar oralmente. O alfabeto manual e a leitura labial contribuíram para o ensino dos surdos. Na Alemanha, em 1778, originou-se uma escola em Leipzig, Samuel Heinick representou a educação dos surdos, defendendo a oralização e excluindo os gestos manuais, uma vez que os sinais atrapalhariam os surdos a desenvolver a fala (MORI; SANDER, 2015). A fala oralizada retardou o desenvolvimento de uma língua de sinais por muito tempo, para a LIBRAS foi um retrocesso.

Em 1814, o Americano Thomas Hopkins Gallaudet viajou para a Europa, na França, para conhecer a escola, e os métodos que utilizavam para ensinar os surdos, com o objetivo de trazer a educação dos surdos para a América (MORI; SANDER, 2015). No entanto, não foi possível diante da recusa dos Europeus a passarem seus métodos para o Americano. Na viagem de volta, Thomas passa pela França, onde conheceu os métodos, os sinais e o alfabeto manual francês (STROBEL, 2009). Daí pode-se compreender o motivo da influência da França sobre a LIBRAS, e não de Portugal, como a língua portuguesa.

Aproximadamente em 1817, nos Estados Unidos, é fundada a primeira escola permanente para os surdos com grande êxito e a partir desta, outras escolas para surdos foram abertas em todo o país. Os professores, em sua maioria, eram fluentes na Língua de sinais e alguns também eram surdos (STROBEL, 2009). Desse modo, Mori e Sander (2015) postulam que futuramente os sinais receberão o nome de Língua de Sinais Americana (ASL) e como contribuições desse método de ensino, os surdos tiveram seus conhecimentos elevados, com mais facilidade para aprender as disciplinas nas escolas.

Enquanto isso, na Europa, segundo Mori e Sander (2015), prevalecem os dois métodos de ensino, a oralização e os sinais até que acontece em Milão na Itália, em 1880, o que ficou conhecido como congresso de Milão que proibiu o uso da língua de sinais nas escolas surdas e em toda a Europa. Foi aprovado que a Educação dos

surdos fossem realizados somente pela via oral, e os aparelhos auditivos criados por Grahn Bell foram considerados a “salvação” para os surdos e a cura para sua doença (STROBEL, 2009). O congresso de Milão repercutiu mundialmente e acarretou novamente na regressão da língua de sinais.

1.2 História dos Surdos no Brasil

No Brasil, Dom Pedro II trouxe um professor do instituto dos surdos-mudos de Paris (RAMOS, 2002). Dessa forma, em 1857 é fundada a primeira escola de surdos, através do imperador Dom Pedro II, no Rio de Janeiro com o professor surdo Eduardo Huet, que ministrava cursos em Paris. Assim, no dia 26 de setembro de 1857 é fundado o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, e, nos dias atuais, nessa data, é comemorado o dia nacional do surdo, sendo uma data de grande importância para a comunidade surda, seguida de um mês de muitos movimentos que ganhou o título de setembro azul.

Ao final do ano, Eduardo Huet retratou para um grupo de pessoas juntamente com o Imperador Dom Pedro II, os resultados obtidos de seu trabalho com os surdos e que foram observados de forma muito positiva pelo grupo (STROBEL, 2009).

Entretanto, Strobel (2009) relata que mais tarde, em 1861, Eduardo Huet abandonou o Brasil, e o INES passou a ser dirigido pelo Frei do Carmo, que não permaneceu muito tempo afirmando não suportar mais as confusões, e assim, foi substituído por Ernesto do Prado Seixá. Após esses eventos, o INES perdeu seu *status* de escola, e se transforma em um asilo para meninos surdos.

Porém, conforme a autora Ramos (2002) a partir da influência do congresso de Milão de 1880, o Brasil também aderiu a oralização e depois passou a ser proibido o uso de língua de sinais dentro da escola. Entretanto, a língua nunca morreu, os surdos começaram a se reunir em sociedades secretas, os alunos se comunicavam escondidos, debaixo das carteiras e das roupas, e desse modo, a língua permaneceu através dos alunos mais velhos que passavam para os mais novos.

A comunidade surda teve grande importância como meio de difusão de uma comunicação não-verbal. Nas comunidades, criaram-se associações para unir sujeitos que tinham em comum a surdez. Nas associações foram-se difundidas a língua de sinais, juntamente com toda a história e a cultura, através da arte, da poesia,

e toda forma de expressão. (DALCIN, 2005). Toda forma de se comunicar era importante para a comunidade e seus integrantes.

1.2 Comunicação Total

Não obstante, em 1980 há um renascimento do uso de sinais, que veio a ser chamado de Comunicação Total. Nela eram permitidos qualquer forma de comunicação, seja na arte, nas mímicas, na fala e nos gestos. Nas escolas os sinais voltaram a ser usados como o meio de comunicação entre aluno e professor. Os professores começaram a aprender com os próprios alunos. (MORI; SANDER, 2015).

As comunidades surdas, associações e demais grupos foram alimentadas por esse movimento de comunicação total, buscando muitos meios e formas de se comunicar, expandindo a língua de sinais não só para comunicação, mas como um modo de vida, uma cultura surge a partir das comunidades. A cultura surda difundiu-se através das canções em Língua de sinais, músicas, danças, piadas e histórias. (SACKS, 2002).

Assim, a cultura surda traz a identidade do surdo, seu modo de vida e a forma como ele compreende o mundo. A autora Strobel (2008, p. 22) sustenta que:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

Parafraseando Solé (1998) há uma relação entre o surdo pertencente a uma comunidade e ao que não pertence. Se o surdo faz parte da comunidade, ele é um ser que possui uma cultura singular, e uma língua específica que advém daquele grupo. No entanto, quando o surdo não é integrado em uma comunidade, ele se torna um sujeito com “deficiência auditiva”. É a partir da comunidade que a cultura surda se expande e atravessa as gerações. A comunidade é o modo de comunicação e uma ponte entre surdos e ouvintes. Sendo assim, as comunidades enquanto grupo, é formada por indivíduos que tem em comum uma forma de comunicação que não seja a língua falada, mas sim uma língua gestual, que não obstante, se tornou oficial.

Seguindo o percurso até a instituição da Libras enquanto língua oficial, Ramos (2002) menciona que no ano de 2001, foi publicado em São Paulo um dicionário para LIBRAS, o *Dicionário Enciclopédico Ilustrado de Libras* através de um projeto do instituto de Psicologia da USP com o professor e doutor Fernando Capovilla e mais tarde no ano seguinte foi lançado um dicionário de Libras em CD-ROM, trabalho esse que foi realizado pelo INES/MEC com a coordenação da professora e doutora Tanya Mara Felipe.

A Libras veio a ser oficializada no Brasil no dia 24 de abril de 2002, quando foi sancionada a lei nº 10.436 pelo Presidente da república Fernando Henrique Cardoso. Fomenta a Coordenação de Estudos Legislativos – CEDI (2002) que:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

1.3 A Língua Brasileira de Sinais

Os surdos no Brasil, em sua maioria, utilizam-se da Libras, que hoje é considerada a segunda língua oficial Brasileira. Os surdos percebem o mundo através de uma experiencia puramente visual e não auditiva.

Para os surdos, a língua de sinais é a primeira a ser aprendida, sendo o que se chama de L1 e L2 corresponde à língua portuguesa. Para os ouvintes, temos a L1 sendo a língua portuguesa, a primeira língua aprendida, e a Libras passa a ser a L2, a nossa segunda língua. Esta afirmação pode ser corroborada pela autora Dalcin (2005, p. 16) ao concluir que:

A língua de sinais é considerada uma língua natural, já que existe uma comunidade que a utiliza, como um instrumento de comunicação e que compartilha uma mesma língua – a língua de sinais. Esta é, para a grande maioria de seus usuários, a única forma de realizar atividades propriamente linguísticas e, portanto, assume para a maioria dos surdos o estatuto de primeira língua. Consequentemente, as línguas orais – que são sistemas verbais – só podem ser adquiridas como segunda língua.

A Libras se configura como uma língua, e não como linguagem. Desse modo, faz-se necessário trazer brevemente o que vem a ser a língua e a linguagem para elucidar melhor o leitor. Saussure é um dos grandes nomes que estudou a linguagem, e inclusive, a partir dele, Lacan desenvolveu seu conceito de linguagem dentro da Psicanálise. Logo, para Saussure (2004, p. 13):

A linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da língua humana, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a 'bela linguagem', mas todas as formas de expressão.

Desta forma, entende-se linguística e linguagem como toda forma de comunicação, podendo ser individual ou social. A língua, ao contrário, só pode ser social e constituída a partir de um sistema. Ainda, Saussure (2004, p.17) afirma que:

A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação. – A esse princípio de classificação poder-se-ia objetar que o exercício da linguagem repousa numa faculdade que nos é dada pela Natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deveria subordinar-se ao intuito natural em vez de adiantar-se a ele.

Assim o autor Dalcin (2005) fomenta que a Libras enquanto língua possui características próprias, estrutura gramatical, regras e vocabulário específico. Dá-se por gestos manuais, movimentos, orientações e localização na parte do corpo ou no ambiente para fazer o sinal.

A autora Quadros (1997, p. 47) também postula sobre o conceito de língua de sinais como:

(...) sistemas linguísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não se derivaram das línguas orais, mas fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço-visual como modalidade linguística.

Os gestos se tornaram linguagem, que posteriormente tornou-se uma língua. Enquanto língua, ela possui completude como qualquer outra língua como sintaxe, semântica e características morfológicas. Além de possuir um vocabulário específico

com regras e estrutura gramatical. E ainda possui, sobretudo, variações linguísticas de acordo com cada estado e região (DALCIN, 2005). Entretanto, as variações regionais não permitem que falte a comunicação entre pessoas de estados diferentes.

Os discursos dos surdos assim como dos ouvintes também são marcados por uma herança cultural, desse modo, o inconsciente também surge nessa língua através das marcas da história dos sujeitos, das palavras que são formadas, da forma como é escolhida aquela palavra e elaborado tal frase, do mesmo modo que ocorre com o ouvinte (DALCIN, 2005).

De acordo com Ramos (2002) a língua de sinais é formada por cinco parâmetros que podem ser comparados com fonemas e morfemas. São eles a configuração de mãos, o ponto de articulação, movimento, orientação e a expressão facial.

A configuração de mãos são as formas que elas devem seguir em determinados sinais. Muitas palavras em Libras possuem a mesma forma nas mãos para sinais diferentes. Para compreender o significado de cada sinal, é importante prestar atenção nos demais parâmetros, como o movimento das mãos, sendo que alguns sinais não possuem movimentos. O local onde o sinal é feito, seja ele no próprio corpo ou no espaço recebe o nome de ponto de articulação e a orientação mostra para quem ou o que o sinal está indicando. E por último, as expressões faciais e corporais que intensificam a compreensão daquele sinal ou sentimento (RAMOS, 2002).

Os surdos têm na língua de sinais sua maior expressão. É a partir da língua de sinais que os sujeitos surdos podem se comunicar livremente, sem restrições e sem medos, pensando e elaborando hipóteses e ideias sobre o mundo. “A língua de sinais é, assim, mais que um veículo de comunicação, é um repertório de conhecimentos culturais, um símbolo de identidade social, da história e dos valores e costumes dos surdos”. (DALCIN, 2005, p. 17)

A língua de sinais marca o sujeito surdo e a cultura, pois essa língua foi criada para o surdo, de acordo com seu modelo de ver o mundo, que para o surdo, trata-se de uma experiência visual, diferentemente da experiência do ouvinte que não é apenas visual. Desse modo, na comunidade permite-se viver tal experiência juntamente com os surdos e ouvintes através dessa língua em comum: a Libras.

Nos primeiros estudos sobre linguagem e sujeitos surdos, a princípio, a língua não tinha um lugar estruturante. (BERRARES,1996). Foi com a contribuição da Psicanálise que essa abordagem se expandiu para dizer que toda relação do sujeito com a língua, se dá num nível inconsciente.

2. CAPÍTULO 2: A PSICANÁLISE E A CONSTITUIÇÃO DO SURDO ENQUANTO SUJEITO

2.1 O Inconsciente Estruturado Como Linguagem

De fato, o inconsciente tem uma ideia contrária à ideia de consciente, pois aquele se encontra às escuras, escondido pela consciência, porém ele não deixa de se manifestar através da linguagem. A vida psíquica dos sujeitos está estruturada no inconsciente. Ele é o que negamos, porém, também é o que se manifesta, o que se anuncia. Anuncia, quando alguma coisa não está certa, através do sintoma, anuncia diante das nossas escolhas de palavras, através do discurso que desvia do seu curso. Afirma Freud (1912/1996 p. 279) que “uma concepção inconsciente é uma concepção da qual não estamos cientes, mas cuja existência, não obstante, estamos prontos a admitir, devido a outras provas ou sinais”.

Acrescenta o autor Jorge (2000 p.66) a respeito das colocações de Freud e Lacan sobre o inconsciente:

Considerando o inconsciente como um saber, Lacan afirma que o ato falho é, com efeito, um ato bem-sucedido, posto que através dele a verdade do sujeito se desvela ainda que à revelia do eu: “O que Freud suporta como o inconsciente supõe sempre um saber, e um saber falado. O mínimo que supõe o fato de que o inconsciente possa ser interpretado, é que ele seja redutível a um saber.” Um saber muito particular, acrescentaria Lacan posteriormente, pois trata-se de um saber que funciona sem mestre e se dá enquanto um saber verdadeiro.

O Inconsciente é um saber, um saber sobre o sujeito que ele não sabe que sabe. Através da linguagem é possível essa aproximação sobre um saber sobre si, que pode ser apresentado pelo próprio sujeito.

Desse modo, o inconsciente é estruturado “como” linguagem, mas ele não é uma língua. O inconsciente se serve da linguagem. Lacan, ao utilizar o termo “linguagem”, certamente não se referia à língua, mas utilizou-se da linguagem para abranger todos os aspectos que ela engloba: a língua, a fala e o código. Baseando-se na definição de Saussure quanto a linguística. (CALLIGARIS, 2004).

Se o inconsciente é estruturado como linguagem, quer dizer que o inconsciente fala, que ele está para além de palavras, ele é a casa do sujeito, sua moradia, ele anuncia algo ou alguma coisa (CALLIGARIS, 2004).

Lacan valeu-se do estudo da linguagem realizada por Ferdinand Saussure sobre signo, significado e significante, entretanto, deu ênfase maior ao significante, enquanto Saussure postulava o significado como maior importância. Através do significante, Lacan desenvolveu uma teoria sobre a relação de inconsciente e linguagem. “O significante é a unidade mínima do simbólico e tem como característica o fato de jamais comparecer isolado, mas sempre articulado com outros significantes” (JORGE; FERREIRA, 2005 p. 45).

Segundo os autores Jorge e Ferreira (2005), Lacan afirma que os significantes são construídos de acordo com as vivências do sujeito e, a partir da articulação entre vários significantes, se constitui a cadeia de significantes. No entanto, o significante só se constitui através de um outro significante, ou seja, o primeiro significante se forma em par. Por isso Lacan diz que o sujeito se emerge entre um significante e outro. A necessidade de um Outro se apresenta logo no início da vida. (JORGE; FERREIRA, 2005)

Freud anteriormente havia falado sobre o termo *Nebenmensch* que quer dizer semelhante/próximo. Ou seja, através da mediação do semelhante o bebê se insere na linguagem. O bebê, por se encontrar em total desamparo ao nascer, necessita da figura materna, ou um substituto desta, para prover seus cuidados básicos e necessidades fisiológicas, e ainda, para dar suporte à linguagem. É por intermédio do semelhante que o sujeito percebe o mundo (SANTOS, 2013).

Nesse caso, “*Nebenmensch* se associa à primeira apreensão da realidade pelo sujeito. Tal apreensão é possível através do inconsciente, que afasta e diferencia mundo exterior e mundo interior”. (SANTOS, 2013, p. 38).

Não obstante, Freud traz uma referência relevante para o trabalho da constituição do sujeito surdo, na qual ele vai afirmar sobre os complexos de percepção que surgem a partir do complexo do próximo, que visa as experiências visuais na constituição do sujeito. Assim Freud (1895/1992 *apud* Santos, 2013, p.39) sustenta que:

Os complexos de percepção que partem deste próximo serão em parte novos e incomparáveis – por exemplo seus traços no âmbito visual -; entretanto, outras percepções visuais – por exemplo, o movimento das mãos – coincidirão dentro do sujeito com impressões visuais próprias, semelhantes, de seu próprio corpo, com as que se encontram em associação com as recordações de movimentos por ele mesmo vivenciados. Outras percepções do objeto, além disso, - por exemplo

se grita – despertarão a recordação do próprio gritar e, com isso, de vivências próprias de dor.

Essa percepção se associa ao corpo, deixando nele um traço, que Freud vai chamar de traços de memórias visuais, uma inscrição no corpo. Essa inscrição se dá a partir do Outro, o sujeito se vê entrelaçado ao corpo do Outro. Halabe (2018) ainda, acrescenta que esse traço psíquico, uma vez que inscrito no corpo, pode ser evocado a bel-prazer do sujeito.

Pode-se dizer, segundo Halabe (2018) que o traço de memória de que Freud fala, se refere tanto a um traço de memória visual, quanto de outros sentidos. A exemplo disso, pode-se dizer que não apenas conhecemos a palavra “frio”, e no caso do surdo o sinal de frio, como também podemos reviver as sensações que o frio traz a nosso corpo. No entanto, essa marca feita no sujeito se dá a nível inconsciente.

Até o presente momento, não há nada que se refira a voz ou ao som, desse modo o sujeito surdo também é capaz de ter inconsciente, e também é possível que ele se manifeste na linguagem, independente de qual língua seja. Dentro da comunicação através da LIBRAS também é possível identificar atos falhos e chistes. Acontece muitas vezes de o surdo sinalizar uma palavra, e em seguida pedir desculpas, e sinalizar outra palavra. Através da Libras, dentro da comunidade os integrantes brincam entre si, contam piadas, falam coisas engraçadas, assim como na língua falada.

Pensando na questão da análise com surdos, para que o analista atenda o analisante surdo, é importante que este esteja inserido como sujeito. Por isso, faz-se necessário compreender o que vem a ser o sujeito para a Psicanálise, que ao oposto, o sujeito psicanalítico não é sujeito epistemológico, não é um indivíduo, para a psicanálise, o sujeito está ligado as formações inconscientes, chistes, sonhos, atos falhos. Para Santos (2013, p. 32) “Trata-se de uma posição lógica que se relaciona com o desejo e com o inconsciente. Muitas vezes, essa posição atravessa o falante, nos atos falhos e chistes, por exemplo, quando o sujeito fala sem se dar conta do que diz”.

2.2 A Constituição do Sujeito pela Linguagem

O sujeito não nasce como sujeito, ele se constitui. O sujeito está situado na linguagem. Portanto, a linguagem tem papel essencial na sua construção, no entanto a linguagem, nesse contexto, está para além da fala do bebê. As influências da linguagem se manifestam antes mesmo do seu nascimento, quando a mãe fala com o bebê dentro de seu ventre, demonstrando seus desejos por ele. Ao nascer, a mãe utiliza-se de meios de comunicação através de um conjunto de sinais, regras e códigos, inserindo o bebê nos valores e culturas daquela família.

Os autores, Flores, Beltram e Souza (2011) elucidam sobre esse modo de comunicação da mãe e o bebê, no que se diz respeito a uma fala doce, com tom de voz mais carinhoso, expressando todo seu desejo pela chegada da criança.

Desse modo, o Outro, aqui a mãe ou o cuidador, age como mediadores na aquisição da linguagem. Essa relação da mãe com o bebê tem ligação direta com o desenvolvimento da criança na linguagem. As autoras Almeida, Lima e Roure (2020) enfocam algumas considerações sobre sua aquisição, que não se dá apenas pela voz da mãe, mas também pelas experiências no corpo do bebê, partindo de um conceito elaborado pelo Psicanalista Anzieu (1989) sobre o Eu-pele. “A maneira como os pais cuidam, olham e falam com a criança, por meio do toque, dos odores e da sonoridade, organizará psiquicamente o sujeito frente à realidade”. (ALMEIDA; LIMA; ROURE, 2020, p. 4)

Anzieu (1989) ressalta que experiências do bebê com o toque da mãe, formam um representante psíquico. Essa formação se dá pela necessidade de contato que a criança tem, na busca de um desejo narcísico mediado pela mãe ao satisfazer essa demanda corporal e psíquica do bebê.

A partir dessa pequena, porém importante consideração acerca de uma linguagem que não se dá apenas na fala, pode-se pensar na questão da criança surda que não tem a capacidade de ouvir a voz da mãe por um sentido de som, mas pode senti-la por aspectos corporais, do toque, dos sinais e até mesmo das expressões que envolvem todo o meio de comunicação possível da mãe. Já que o bebê, nessa fase inicial não é capaz de compreender as palavras que a mãe diz, mas é capaz de senti-las devido ao afeto que se apresenta nelas. (ANZIEU, 1989)

Tal fato pode ser consolidado com a autora Solé (2005) ao afirmar que “voz” da mãe não se refere exclusivamente a manifestações sonoras, mas também a outros sentidos como o tato, a visão e olfato. Ainda, O psicanalista Frances Vivès (2012, p.

15) também traz contribuições ao afirmar que “a voz não decorre exclusivamente do registro sonoro, podendo-se expressar no campo escópico. De fato, isso implica que a voz depende menos de uma boca do que de um corpo”.

Além disso, é possível observar que Jorge (2000) em seu livro sobre os *fundamentos da Psicanálise* traz um pequeno trecho sobre a pulsão olfativa. Segundo o autor, a valorização do olfato não se dá conscientemente, sua importância se encontra implícita, sendo pouco comentada na psicanálise. Entretanto, afirma Jorge (2000) que o sentido do olfato não é tão comentado por se tratar de algo que tange a manutenção da vida, através da respiração. Ainda Jorge (2000 apud Dolto 1990) relata o caso de um bebê que só se alimentou com a mamadeira após envolver a mamadeira em um tecido com o cheiro de sua mãe ausente.

Contudo, assim como algumas crianças ouvintes estão sujeitas a não receber esses estímulos maternos pela falta de uma figura materna, as crianças não-ouvintes também se encontram sujeitadas a esses eventos devido principalmente a sua falta de audição.

Em muitos casos os pais ouvintes ao descobrirem a surdez de seus filhos, se frustram, pois durante a gravidez, idealizavam uma criança perfeita, e muitas vezes há uma recusa por parte dos pais diante da diferença do bebê e ainda, podem deixar de comunicar-se com seus filhos, por não compreenderem a importância da comunicação e por pensarem que o bebê não é capaz de compreendê-los. (NEVES, 2018).

Do mesmo modo, as autoras Almeida, Lima e Roure (2020, p. 8) sustentam que:

Nesse sentido, diante do diagnóstico de surdez do filho, a mãe pode ficar deprimida e não conseguir restabelecer o vínculo com o bebê, tratando-o como um estranho. Isso causaria um desamparo psíquico real na criança pela falta de investimento libidinal, pois é como se a mãe se calasse perante o diagnóstico, satisfazendo apenas as necessidades básicas da criança.

Entretanto, Solé (2005) salienta que quando os pais recebem apoio para lidar com um bebê surdo, e conseguem elaborar a diferença de seus filhos, esse quadro pode ser convertido para que a constituição do sujeito através da linguagem, e ocorra também por meio das demais formas explícitas anteriormente, como a linguagem através do afeto, dos gestos e expressões advindas da figura materna.

Por outro lado, Solé (2005) ressalta que a falta da fala da criança e sua falta de comunicação, faz com que as mães se tornem portadoras da voz da criança, prolongando o período dessa relação simbiótica entre mãe e bebê. O excesso de cuidado por parte da mãe e a falta de independência da criança, também poderá acarretar atrasos à criança e dificultar o processo de constituição do surdo enquanto sujeito.

Freud trata da necessidade de rompimento dessa relação mãe-bebê através da entrada de uma terceira pessoa nessa relação, para que a criança seja barrada pela lei, seja castrada, e torne sujeito. O complexo de Édipo marca esse importante momento no desenvolvimento da criança.

2.3 O Complexo de Édipo

Dada essa relação estabelecida entre a mãe e o bebê, pode-se observar, que mais tarde nessa relação, o complexo de Édipo se articula para o menino e para a menina. Dando saídas diferentes para cada um deles.

A criança começa a perceber que ele e sua mãe não são um só, e que ele precisa reivindicar o seu lugar de objeto de desejo da mãe. Visto que a mãe começa a olhar para outros lados que não seja apenas para a criança. Ali, a criança percebe que há alguma coisa que chama a atenção da mãe, e como essa criança não sabe o que é, ela supõe que seja o falo (HALABE, 2018).

A princípio Freud utilizou-se do Falo para designar um caráter sexual da libido, como um elemento simbólico que possui o poder. O Falo é um objeto substituto, sendo assim podendo ser substituído por diversas coisas ao longo da vida. Posteriormente, Lacan retorna o termo como nuances, dentro da sua reformulação do complexo de Édipo, de quem possui esse falo. O falo se torna para Lacan um significante da falta como função simbólica. (MOURÃO, 2011)

Para reivindicar o seu lugar, a criança, ao perceber o falo, procura se tornar esse falo para continuar sendo desejada pela mãe. Porém, a mãe aponta um terceiro elemento na relação, que é o pai. Desse modo, a criança entende que esse pai é possuidor do falo, e então, ela precisa lutar contra esse pai para pegar de volta o que é seu (HALABE, 2018).

O menino rivaliza com o pai para obter o falo, mas logo é ameaçado pela castração simbólica do pai, que consiste no temor de que esse pai poderoso, possuidor do falo, possa puni-lo por desejar a mãe e castrá-lo. Por medo da castração, o menino renuncia a sua mãe, e começa a admirar o pai e busca suas identificações para aprender com o pai a ter o falo (HALABE, 2018).

Para a menina, o complexo de Édipo se dá de maneira diferente. A menina entra nele pela castração, ela se vê diferente do menino, e pensa que a culpada por ela ser diferente, é sua mãe. Assim a menina desenvolve uma relação de ódio com a mãe, e acredita que o pai poderia dar a ela, o que a mãe não deu (HALABE, 2018).

Então ela rivaliza com a mãe para conquistar o amor do pai. Porém, com o tempo, o pai não supre as demandas da menina e ela se identifica com a mãe. Nesse momento, a menina começa a se interessar pelas coisas femininas como as roupas que a mãe usa, sua vaidade, os objetos que ela usa para conquistar o pai.

Esses movimentos podem ser observados nas crianças durante a idade de três a seis anos. A rivalidade da menina com a mãe, e o desejo por usar suas coisas e se vestir da mesma forma com a mãe, os conflitos do menino com o pai a princípio, e mais tarde a identificação nas atividades que o pai faz.

A partir do complexo de Édipo, as suas resoluções levam as crianças a muitos caminhos, no entanto, o que interessa nesse trabalho é falar sobre a importância desse processo para a constituição do surdo enquanto sujeito. Nesse momento, são estabelecidas as relações das estruturas e os posicionamentos frente a sexualidade de cada sujeito.

Contudo, o que pode ocorrer com os surdos em grande parte, é que a barreira de comunicação também dentro do núcleo familiar, que pode contribuir de forma negativa para a elaboração do complexo de Édipo, quando se apresentam apenas uma figura na vida da criança, sendo a mãe, muitas vezes, a que se comunica com a criança. Como exemplo, Solé (2005, p. 72) faz um recorte da fala de um pai referente ao seu filho, durante a sessão. “Só minha mulher o entende”.

Diante dessa perspectiva breve, será apresentada agora o complexo de Édipo reformulado por Lacan através do real, simbólico e imaginário a fim de tratar ainda da constituição do sujeito surdo para que esse possa se tornar analisante para o analista.

Lacan elabora o conceito de Real a partir do conceito de Freud de realidade psíquica. De acordo com Rondinesco e Plon (1998 p. 645) Lacan utiliza tal termo:

[...] para designar uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar. Utilizado no contexto de uma tópica, o conceito de real é inseparável dos outros dois componentes desta, o imaginário e o simbólico, e forma com eles uma estrutura. Designa a realidade própria da psicose (delírio, alucinação), na medida em que é composto dos significantes foracluídos (rejeitados) do simbólico.

Na medida em que o Real está entrelaçado com o simbólico e o imaginário, o simbólico se apresenta como representação baseado na linguagem, é no simbólico que acontece a linguagem os signos e os significantes. “Assim, designa tanto a ordem (ou função simbólica) a que o sujeito está ligado quanto a própria psicanálise, na medida em que ela se fundamenta na eficácia de um tratamento que se apoia na fala”. (RONDINESCO; PLON, 1998, p. 714).

Por fim, o imaginário que é definido por Lacan “[...] como o lugar do eu por excelência, com seus fenômenos de ilusão, captação e engodo”. (RONDINESCO; PLON, 1998, p. 371). Assim como no simbólico Lacan definiu o significante e da função paterna, o imaginário são as ilusões do eu, da sua fusão com o corpo da mãe e com a alienação. Desse modo, o Real é o que restou, o que não pode ser simbolizado e nem pensado (RONDINESCO; PLON, 1998).

Lacan faz suas primeiras colocações a respeito do complexo de Édipo a partir do estágio de espelho, e posteriormente a esse momento da castração, utilizando-se do termo Nome-do-Pai.

2.4 A importância do estágio do espelho como formador do Eu

No estágio do espelho, a criança é dependente da amamentação da mãe, e ainda não há capacidades motoras para andar, para alcançar algum objeto, ou para ser independente. Ela busca, através de gestos, a equivalência de seus movimentos com sua imagem refletida.

Acontece nesse momento do estágio do espelho, a identificação espacial da criança, onde ela se percebe em um espaço. “Sua pregnância deve ser considerada ligada à espécie simbólica e a permanência simbólica do [eu], prefigurando as fantasias de despedaçamento do corpo, até uma forma de totalidade e sua destinação alienante”. (DALCIN, 2005, p. 46).

Assim, o corpo que era despedaçado ou que fazia parte do corpo da mãe, passa a ser próprio. Constitui-se enquanto seu corpo infantil por inteiro e, também, um ser existente e independente do corpo da mãe. Jorge (2000, p. 45) afirma que:

A vivência de unidade que o bebê tem nesse momento, com a súbita obtenção de um contorno nítido e definido, estabelece a passagem da sensação de um corpo despedaçado, no qual há uma indiferenciação entre seu corpo e o de sua mãe, para a do corpo próprio.

Desse modo, o estágio espelho estabelece a relação do sujeito (eu) com a realidade. “Da assunção da imagem no espelho temos a formação do Eu, a partir da construção do Eu Ideal, que representa a relação do outro como imagem e vai permitir que a criança passe a medir a si mesma, ou julgar a si mesma”. (HALABE, 2018, p. 41). Porém, não é tão simples que a criança se reconheça como sendo “outro”. Antes que isso aconteça, ela se aliena com a imagem que vê, e se confunde com a imagem formada pelo “eu”.

Contudo, nesse momento, é de extrema importância o “Outro” presente nessa experiência especular, pois, assim, a criança não apenas observa uma imagem, mas também se identifica com o “Outro”, com o olhar do Outro para si. Lacan (1953-1954) institui o estágio espelho como “movimento de báscula” para dizer que o homem reconhece seu corpo e seu desejo através da mediação do Outro, de modo assimétrico. A imagem é nomeada pelo Outro, de modo que o *infans* possa emergir como sujeito. (HALABE, 2018).

Entretanto, Jorge (2000) chama a atenção para o fato de que nesse movimento há uma alienação fundadora do eu, pois, para que o sujeito se constitua com a imagem, é necessário que este se oriente por uma imagem que de fato, não é a sua própria imagem, mas a imagem de um Outro.

A relação do real, simbólico e imaginário se apresenta também no corpo. Nasio (2009) apresenta a ideia de que o corpo pode ser referenciado no real, no simbólico e no imaginário. Desse modo, teríamos o corpo real, como aquele que sentimos, o corpo imaginário como a imagem especular, aquela que é refletida no espelho, e o corpo simbólico como o significante.

O imaginário, de acordo com Jorge (2000, p.46) “não é da ordem da mera imaginação e esse registro deve ser entendido como o da relação especular, dual, com seus logros e identificações, mas, sobretudo, segundo os desenvolvimentos

finais de Lacan, com o advento do sentido”. O corpo imaginário é aquele que é visto, o corpo que o bebê vê refletido.

Entretanto não é o corpo com suas especificidades e características que é percebido pelos sujeitos ao se olharem no espelho na vida adulta. O bebê percebe seu corpo em relação a massa, que ocupa um lugar no espaço. (NASIO, 2009). A imagem especular é visível. Não só a imagem especular é visível, como também ela alimenta os sentimentos de amor e/ou ódio de si mesmo. Complementa Nasio (2009, p. 82) “Ora, esse poder da imagem de nos lisonjear, de nos decepcionar e nos atrair sempre, leva-me a lhes dizer que, a exemplo da imagem mental de nossas sensações internas, a imagem especular é também uma imagem esburacada, ainda que não vejamos o buraco nela”.

O estágio do espelho é formador da função do Eu, nele se dá o Eu, o eu e o Outro. Os três são percebidos através dessa fase, ou melhor, desse estágio. O Eu se refere a ideia de ser humano, de ser algo em um sentido global, o eu em minúsculo se trata do que eu represento, daquilo que eu sou e que me diferencia dos outros, e o Outro surge ao perceber-se como não sendo mais parte da mãe, e sim um Eu que se separa do outro. Desse modo “O primeiro é a afirmação simbólica e social de nossa singularidade, enquanto o segundo é a afirmação imaginária e afetiva de nosso ser” (Nasio, 2008, p. 85).

Real, simbólico e imaginário se apresentam no estágio do espelho, entretanto o real se apresenta quando a imagem assumida pelo infans, de fato não está lá. Assim, o real nesse momento não é interligado aos outros dois registros. O real irá se interligar no momento em que Lacan traz como castração, em sua releitura do complexo de Édipo, utilizando-se do termo Nome-do-pai.

2.5. Nomes - do - Pai

Para melhor situar o leitor, o termo Nomes-do-pai não se refere a palavra nome, como tradução do Português. Esse termo na verdade se refere a um termo francês que se equivale a “Não-do-pai”. Do mesmo modo, ao falar de pai, Lacan se refere a um pai simbólico, o pai que vai barrar os desejos do bebê pela mãe e instituir a lei.

Os três registros de Lacan, Real, Simbólico e o Imaginário, são a essência da realidade humana. O nome-do-pai tem como função estabelecer uma ligação entre os

três registros, os entrelaçando. Assim como o exemplo que Lacan (2005) trás, os três registros se associam como arcos olímpicos que são interligados entre si, num nó borromeano. Se um arco se rompe, os demais arcos também se separam.

Afirma Lacan (2005, p. 13), [...] que “há na análise toda uma parte real em nossos sujeitos que nos escapa”. O simbólico no inconsciente se apresenta através da linguagem. O imaginário está ligado a imagem, como já dito anteriormente e o real é o que fura o imaginário através do significante.

Diferentemente do que os termos sugerem, Jorge e Ferreira (2005) afirmam que o imaginário não é imaginação, o real não é realidade e o simbólico não é uma simbólica. Dito isso, assim como o real não é realidade, ele não pode ser representado, seja por palavras ou imagens. Ele se constrói através do imaginário e do simbólico. O real pode se apresentar com o recalque, que pode barrar esse imaginário. A exemplo temos o Nome-do-Pai como o “não”, ou seja, a lei, que vai barrar o imaginário fazendo um furo. (JORGE; FERREIRA, 2005).

Desse modo, o real se encontra fora do imaginário e do simbólico, pois não pode ser simbolizado, não pode ser falado, enquanto o imaginário se relaciona com as imagens do corpo, como citado no estádio de espelho de Lacan. E o simbólico se dá na linguagem, com o significante e significado. De acordo com Lacan (2005, p. 23) “[...] trata-se ainda e sempre de símbolos, e de símbolos organizados na linguagem, portanto funcionando a partir da articulação do significante e do significado, que é o equivalente da própria estrutura da linguagem”.

Lacan utiliza-se do termo “tempo” para falar da frustração, castração e privação que se relacionam com a construção do real, simbólico e imaginário.

A Frustração se associa às primeiras experiências do bebê. A criança, que até nesse momento era unida com a mãe, se depara com a entrada de um terceiro objeto. O falo. Os autores Jorge e Ferreira fazem uma contribuição ao falar que a abordagem de Lacan [...] “reside na introdução de um terceiro elemento na relação entre mãe e filho: o falo. É preciso que a criança ocupe o lugar de falo — isto é, o lugar de objeto do desejo da mãe — para ser introduzida no universo simbólico (campo do Outro) da Lei (Nome-do-Pai)”. (JORGE; FERREIRA, 2005 p. 52).

Portanto, a criança necessita preencher esse espaço para adentrar no campo do simbólico. Lacan atribui a esse processo o nome de processo de humanização do bebê. Quem possibilita tal processo, é a mãe enquanto Outro, enquanto agente do

registro simbólico. (JORGE; FERREIRA, 2005). O imaginário marca o sujeito enquanto bebê como exposto no estágio do espelho. Lacan (2005, p. 33) salienta que:

[...] Toda relação a dois é sempre mais ou menos marcada pelo estilo do imaginário. Para que uma relação assuma seu valor simbólico é preciso haver mediação de um terceiro personagem que realize, em relação ao sujeito, o elemento transcendente graças ao qual sua relação com o objeto pode ser sustentada a certa distância.

O desejo-da-mãe é o que possibilita a entrada do Nome-do-pai, de modo que seja formada a lei. Anteriormente, no bebê existia o caos, o nada. E então, a lei é inserida com o Nome-do-pai através da substituição do nada pelo nome-do-pai, do lugar onde não existia lei, pelo significante do Nome-do-pai, originando-se aí a primeira metáfora. Portanto, segundo Lacan (1995, p. 63):

A frustração é, pois, considerada como um conjunto de impressões reais, vividas pelo sujeito num período de desenvolvimento em que sua relação com o objeto real está centrada habitualmente na *imago* dita primordial do seio materno, com referência ao qual vão se formar nele o que chamei há pouco de suas primeiras vertentes, e inscrever-se suas primeiras fixações, aquelas que permitiram descrever os tipos de diferentes estágios instintuais.

Sendo o objeto, o seio materno, a partir daí acontecem as relações de amor e ódio do bebê com o objeto. Amor quando se tem o objeto, conseqüentemente a satisfação, e desamor quando é a ele negado, frustração. Todos esses acontecimentos até aqui se dão no imaginário.

A castração, segundo Lacan (1995) está ligada a ordem simbólica, pois ela institui a noção da lei, a castração se encontra no nível da dívida simbólica, entretanto, o objeto da castração é imaginário, o falo é imaginário.

Dessa forma, Jorge e Ferreira (2005) estabelecem que a castração, por sua vez, é marcada pela entrada do objeto imaginário. Na relação da mãe e o bebê, este não luta para ser ou não ser o falo, mas agora para ter ou não ter o falo. A ideia de possuir o objeto de desejo. Nessa conexão da mãe e a criança, um terceiro elemento é introduzido, o pai. O pai entra nessa relação de forma simbólica, como o corte entre a mãe e o filho, furando essa relação, e desse modo o imaginário entra em ação, pois, já que esse pai simbólico, se torna real ao barrar a mãe, para o imaginário do bebê, o pai é um monstro que quer tomar seu lugar e seu objeto.

De acordo com Lacan (1995) o pai simbólico é o significante, é uma necessidade de construção, enquanto o pai imaginário é o que mais aparece, seja na identificação e na agressividade, e o pai real, por fim, é o que vai furar o imaginário, e é o mais difícil nas relações, é ele o responsável pela castração.

O pai é uma função simbólica que atua como agente da castração enquanto pai real. Assim como a mãe é a agente na frustração. O pai real nada tem a ver com pai biológico, este por sua vez se torna real ao atuar na castração com a proibição furando o imaginário da criança. Nesse contexto, o pai, no imaginário, possui o falo. Se o pai possui o falo, ele é apreendido como uma figura ameaçadora. A função desse pai na castração é comprovar, assegurar e reforçar o Nome-do-pai, ou seja, sua função simbólica de proibição, inscrita na frustração. (JORGE; FERREIRA, 2005).

A privação, como terceiro tempo, trata-se de ter ou não ter o dom. Na privação, o falo imaginário por sua vez, é agora falo simbólico. O pai simbólico é o agente da privação, porém não como o possuidor do falo, mas como possuidor de algo de valor de dom. A partir do reconhecimento da castração, a criança reconhece também que o pai, assim como a mãe, não tem o falo (JORGE; FERREIRA, 2005).

A privação é o terceiro tempo desse processo de simbolização, o qual se equivale ao complexo de Édipo, na sua resolução final. Nessa etapa, a criança já reconhece que o falo não é da mãe, não é do pai, porém o pai é o castrador com o qual a partir daí acontece o processo de identificação com os sexos.

Logo, o momento do estágio do espelho possibilitou a assunção do Eu, onde a criança, seja surda ou ouvinte, reconhece sua imagem, percebendo-se como Eu, alguém que existe para além de sua mãe. Os confrontos no complexo de Édipo ou na inscrição do Nome-do-Pai permite que se instaure nessa criança, a lei.

Assim, aparecem a estrutura neurótica, e as posições frente a sexualidade de cada sujeito. Em tese, Freud e Lacan ao falarem dessa constituição do sujeito, se referiram a sujeitos ouvintes, entretanto, não há nada que realmente possa afirmar que o Surdo não se constitua enquanto sujeito, e a partir dos percursos teóricos, não se identificou nenhum fator que possa barrar a pessoa surda para que ela não se constitua como sujeito. A Psicanalista Maria Cristina Petrucci Solé em sua experiência na análise de pacientes surdos, fala sobre os aspectos de constituição do sujeito abordados até aqui. Solé (2005, p. 73) em seu livro afirma que:

Os sintomas que os sujeitos surdos atendidos por mim apresentam na clínica psicanalítica de modo algum levam a pensar que estas pessoas se estruturam de modo diferenciado das pessoas ouvintes, isto é, apresentam-se estruturados de modo neurótico, psicótico ou perverso. Seguramente, essa estruturação dependeu de suas resoluções edípicas, de seus conflitos identificatórios e constituição subjetiva como qualquer outro sujeito escutado pela psicanálise. Ao meu ver, o fato de uma outra via que não a escuta da voz materna seja privilegiada para a constituição subjetiva destes sujeitos não acarretou uma constituição que não possa ser entendida pela teoria psicanalítica ou que seja necessário criar uma nova metapsicologia. Como já me referi, não existe uma “psicologia da surdez” ou que necessite de uma técnica muito especial de tratamento ou de uma abordagem teórica diferenciada e, portanto, ainda por ser descoberta”.

Sabe-se que na prática clínica, há implicações a respeito do Psicanalista atender um analisante surdo. Primeiramente pela dificuldade de se comunicar, e em segundo pelas questões lógicas do manejo da Psicanálise. Considerando a Libras como meio de comunicação, analisaremos os possíveis desafios encontrados pelo analista na análise de pacientes surdos.

3. CAPÍTULO 3: MANEJOS CLÍNICOS

3.1 A Clínica da Escuta

Freud foi o primeiro Psicanalista a fundar o que hoje, na psicologia chamamos de clínica. Enquanto a clínica médica se debruçava na observação sistemática e no diagnóstico do paciente, a clínica Freudiana enfatiza a escuta do paciente. De acordo com Moreira; Romagnoli e Neves (2007), os pacientes não são curados pelos medicamentos, mas sim pela influência do médico, pela hipnose, ou seja, pelo poder que eles exercem. A psicanálise se difere nesse momento, pois esta busca não ser sugestionável. Ela não se propõe retirar o sintoma, mas sim elaborar aquilo que causa o sintoma. Posteriormente a Psicanálise com Freud foi responsável para transformar um olhar que era voltado para o fenômeno da doença para a escuta do sujeito.

O manejo clínico, dessa forma, passou a se relacionar com o sujeito e não mais com a sua doença. Entretanto, antes da década de 80, a análise era voltada apenas para os pacientes que poderiam pagar por ela, sendo inacessível às demais pessoas de classes sociais mais baixas.

Para pensar numa clínica mais social, era preciso construções ainda mais abrangentes, pois a subjetividade era ainda maior se tratando de mais sujeitos de diferentes classes. Torna-se importante destacar que os autores se utilizam do termo clínica social para se referir ao fazer clínico que pode ocorrer em quaisquer circunstâncias e se reinventar para pertencer aquele campo, rompendo com o modelo tradicional de clínica. De acordo com os autores, é a qualidade da escuta que vai definir a clínica social mediante qualquer espaço e sujeito. Os autores se referem a esse novo pensar sobre o manejo clínico refletindo sobre classes sociais após a década de 80.

No entanto, tantas décadas depois, na atualidade estamos levando em consideração a reflexão de uma clínica que seja para todos, incluindo as pessoas surdas, que de acordo com o atual cenário se encontram desamparadas de cuidados de saúde mental devido à falta de profissionais que atendam pacientes surdos.

Freud, ao propor que os pacientes deveriam ser escutados, dá o primeiro passo para um trabalho psicoterapêutico, e ainda, o método central do manejo Psicanalítico: a escuta (MACEDO; FALCÃO, 2005).

A princípio, o trabalho psicanalítico utilizava-se da hipnose. O paciente, em estado hipnótico deveria descrever as cenas que via, e então o médico dizia o que havia sido descrito pelo paciente. Porém, quando este voltava do transe, não se lembrava de nada, e os sintomas que eram eliminados, retornavam algum tempo depois. Diante do seu insucesso com a hipnose, Freud a abandona, e dá início a um novo método: a associação livre (MACEDO; FALÇÃO, 2005).

3.2 O *Setting* Analítico: a Associação Livre e a Atenção Flutuante do Analista na Libras

A associação livre é conhecida como a regra fundamental da Psicanálise. Nela, o analista solicita ao analisante que ele fale livremente sobre tudo que vier a sua mente, sem medos, mesmo que seja vergonhoso e doloroso, e ainda que possa parecer insignificante. (MACEDO; FALÇÃO, 2005).

A associação livre é a base para que aconteça todo o trabalho psicanalítico. Através das associações, os pacientes trazem o material inconsciente para a consciência, e na maioria das vezes, não se dá conta do que está dizendo, ou se apresenta de maneiras diferentes, escondidas no discurso, como no caso dos atos falhos.

Os atos falhos, na verdade, para Lacan (1953) sempre foi um ato bem sucedido. Freud (1901) os relaciona a forças inconscientes, ato falho, ou melhor, ato accidental, se equivale a um sintoma ao ponto que se compromete entre a intenção consciente e o desejo inconsciente.

Os atos falhos se apresentam muito nos discursos dos analisantes durante as sessões e há dúvidas em relação a possibilidade de aparecer atos falhos também nos discursos dos surdos através da Libras. Torna-se mais difícil perceber erros diante de uma língua, que as vezes os analistas não tem tanto domínio, porém, Solé (2005 p. 82) em suas sessões destaca alguns trechos de atos falhos cometidos por sujeitos surdos.

Eva (27 anos, surda profunda) relata um sonho: vinha em um ônibus cheio de surdos; ao passar por uma ponte o ônibus vira. Ao lado tem um homem ouvinte trabalhando em um trator. Ela pensa que ele é sua salvação; quando o ônibus cai, ela se agarra no trator e não cai junto com o ônibus. Ao vocalizar trator, junto com o sinal correspondente, Eva vocaliza traidor. Faço-lhe notar o erro de pronúncia e lhe pergunto qual

o sinal correto para traidor e o que significa. Ela corrige e ri do ato falho. Pergunto, então, quem é traidor, ela rapidamente responde “os homens”.

Solé (2005) ainda orienta da dificuldade de fazer esse tipo de intervenção, e o perigo de a fazer antes de uma transferência bem estabelecida.

Ainda, a respeito das intervenções de interpretação do discurso, é relevante lembrar o que Freud orienta a respeito das interpretações. O analista não deve ser ambicioso. Afirma Freud (1912, p.87):

Não é difícil para um analista treinado ler claramente os desejos secretos do paciente nas entrelinhas de suas queixas e da história de sua doença”. Mas ele não o deve fazer. “Um comportamento deste tipo desacreditará completamente a nós e ao tratamento aos olhos do paciente e nele despertará a mais violenta oposição, tenha o nosso palpite sido verdadeiro ou não; na verdade, quanto mais verdadeiro for, mas violenta será a resistência.

Além disso, os surdos durante seus discursos até mesmo no dia-a-dia costuma sinalizar algo, e logo em seguida se dar conta do seu erro, e realiza o sinal de “desculpas” e faz novamente o sinal que queria fazer. As vezes esse pedido de desculpas vem acompanhado de expressão de vergonha, ou risos após perceber o erro em seu discurso.

Na associação livre, os fatos se apresentam de maneiras distintas, desconexas a lógica consciente e fora de ordem. Nesse momento, o inconsciente se apresenta rompendo com essa lógica consciente. De acordo com Alonso (1998, p. 2):

No seio da associação livre vai se produzindo um deslocamento da imagem, do fato como fixo, e este vai se incluindo em múltiplas imagens caleidoscópicas cujas combinações possíveis se multiplicam e onde o ritmo, a cadência, a intensidade maior de alguns fonemas, a excitação explícita no gaguejar de uma palavra, o sentido duvidoso de uma frase mal construída, tudo isso vai dando tonalidades diferentes a estas figuras que não passam despercebidas à escuta sutil da atenção flutuante. Ao mesmo tempo, ao ser escutado pelo analista, o próprio sujeito que fala se escuta.

Ao analista, cabe pontuar e ressignificar esse discurso, buscando tornar-se consciente tal material até então inconsciente. Assim, Freud orienta a primeira técnica em seu texto sobre as recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. A técnica da atenção flutuante, que, a princípio, ele orienta para que o material dito pelo

analisante não seja esquecido, e que cada fato trazido pelo analisante receba atenção igual. Essa técnica “consiste simplesmente em não dirigir o reparo para algo específico e em manter a mesma ‘atenção uniformemente suspensa’ (como a denominei) em face de tudo o que se escuta”. (FREUD, 1912. p. 67). Freud (1912, p. 68) ainda comenta que:

Pois assim que alguém deliberadamente concentra bastante a atenção, começa a selecionar o material que lhe é apresentado; um ponto fixar-se-á em sua mente com clareza particular e algum outro será, correspondentemente, negligenciado, e, ao fazer essa seleção, estará seguindo suas expectativas ou inclinações. Isto, contudo, é exatamente o que não deve ser feito.

Dessa forma, encontra-se aí o primeiro empasse na análise com sujeitos surdos. A dificuldade de manter a atenção flutuante diante de uma língua gestual, na qual o analista não a domine com fluência. Em um estudo realizado pela Psicanalista Juliana Neves (2018, p. 45) sobre a atuação na clínica, um dos entrevistados cita:

É muito importante o domínio da língua para ver a pessoa sinalizando e entender o que ela quer dizer. Parar e perguntar sobre o sinal pode acabar levando para outro caminho”. “A atenção flutuante sofre uma perda importante se ficarmos preocupados em validar o atendimento”. Esse entrave “interfere especialmente no início, se você não tem fluência e prática.

Todavia, a fluência não é o único quesito para buscar uma atenção flutuante no discurso. O contato do analista com a cultura surda também é essencial, para compreender a dinâmica do surdo, as gírias e o modo como eles se colocam no mundo. A noção da cultura surda pode influenciar diretamente no processo analítico, pois é na cultura surda que a Libras se desenvolveu, e ambas se encontram atreladas. De acordo com Halabe (2018) só é possível compreender verdadeiramente o surdo, através da sua forma de expressão, e essa se encontra mergulhada na sua cultura.

Segundo Halabe (2018) é possível manter a atenção flutuante na Libras, pois, ao observarmos a comunicação entre surdos e intérpretes, entende-se que não há necessidade de ficar concentrados e tensos para compreender o que o surdo está sinalizando. Entretanto, o olhar é algo do qual não se pode abrir mão, mas, assim como Halabe (2018) afirma, as intervenções podem ser mínimas estabelecendo a relação de inconsciente para inconsciente. Perceber os significantes, desse modo, se

dá através da intensidade das expressões dos surdos, que podem ser pontuadas assim como no discurso oral dos ouvintes.

Nas intervenções que o analista faz nos significantes, encontra-se uma questão que ocorre para o surdo. Ao pontuar naquele determinado significante, o surdo pode perguntar se o analista realmente o compreendeu e ter dúvidas a respeito do analista saber ou não do que se trata. Neves (2018, p. 47) faz menção ao assunto ao exemplificar com o relato de um Psicanalista entrevistado a respeito da análise de pessoas surdas. Dessa forma ele afirma que:

Como o surdo, às vezes, tem um funcionamento mais concreto, tem que checar. A nossa língua materna é o português, então quando a gente vai fazer alguma intervenção, a gente pensa dentro da nossa lógica. E, às vezes, não funciona muito a nossa lógica na devolução com o surdo. Tu tens que ter certeza que ele entendeu da forma que tu quis colocar. Porque, às vezes, eles fazem uma interpretação. E aí, a gente tem outro problema. Eu sempre checo. Eu peço para ele repetir o que entendeu. Eu preciso ter certeza que é o que eu disse.

Entretanto, esse “problema” não se apresenta apenas no caso dos surdos. Acontece que, com os analisantes ouvintes não é tão diferente assim. O analista faz uma intervenção e as vezes não fica claro para o analisante e ele não compreende aquela intervenção ou se desvia dela como forma de resistência.

Antônio Quinet em seu livro sobre as condições da análise pode nos dar uma grande contribuição para pensar nessa questão-problema da associação livre na análise de surdos. Quinet (2009, p. 11) afirma que a associação livre “[...] não está do lado do analista, e sim do analisante. Trata-se de uma regra correlata à própria estrutura do campo psicanalítico aberto por Freud.” Nesse caso, não se apresenta até o momento nenhuma fala que expresse que o surdo não é capaz de associar. Como concluído anteriormente, o surdo se constitui como sujeito, então ele é capaz de fazer associações.

Enquanto a atenção flutuante, como recomendação de Freud, exigirá um maior esforço do analista para lembrar dos fatos contados pelo analisante, e se empenhar em permanecer o mais neutro possível diante do discurso. Além de dedicar-se a Libras para que seja possível a atenção flutuante.

Nos processos iniciais da análise, o analisante coloca nas mãos do analista uma ideia de que ele tem as respostas para seus problemas. O Psicanalista ocupa um lugar de saber e de poder sobre o analisante. O analista é *sujeito suposto saber*,

termo que Lacan utilizou para falar sobre esse poder pleno e absoluto que o analista supostamente o tem. Cabe ao analista, com o decorrer do processo de análise, não aceitar esse lugar oferecido pelo analisante, e possibilitar que o paciente descubra que esse saber está na verdade, dentro de si mesmo. (MACEDO; FALÇÃO, 2005).

Para a análise com pacientes surdos, levar o analisante a descobrir que ele tem autonomia para saber de si mesmo, pode-se configurar alguns entraves diante do surdo, que perante a sociedade ele é tratado como alguém que necessita de ajuda de terceiros. A própria família torna o surdo totalmente dependente e submetidos ao saber da mãe ou da família sobre ele. Chegar ao consultório e receber essa notícia de que ele sabe sobre si, pode assustar a primeiro momento, e esse processo de descobrimento sobre si pode demorar mais do que em algumas pessoas ouvintes.

3.4 Os Impasses da Transferência na Dinâmica do Surdo

Como já citado anteriormente, as intervenções que o analista faz, só podem ser feitas após estabelecer a transferência com o analisante. A transferência pode ser traduzida a grosso modo como um vínculo terapêutico que irá se criar nessa relação dual de analista-analisante (NEVES, 2018).

A transferência faz parte integral do trabalho analítico e é ela quem permite que o paciente prevaleça na análise. “A transferência como ferramenta técnica fundamental só é possível na medida em que Freud vai valorizando o complexo encontro que ocorre entre o paciente e o analista” (MACEDO; FALÇÃO, 2005 p. 70).

O analista é colocado em muitos lugares pelo analisante, como já dito que o paciente o coloca no início da análise como sujeito suposto saber, na transferência, o analista poderá ocupar muitos lugares como o da figura materna ou paterna ou fraterna. O analista passa a ser ali na análise como a mãe desse sujeito, ou como o pai, entre outros. As expressões dos sujeitos podem ser carregadas de ódio, agressividade, amor, indiferença, entre outras. Rondinesco e Plon (1998 p. 766) atribuem ao conceito de transferência:

Termo progressivamente introduzido por Sigmund Freud e Sandor Ferenczi (entre 1900 e 1909), para designar um processo constitutivo do tratamento psicanalítico mediante o qual os desejos inconscientes do analisando concernentes a objetos externos passam a se repetir, no

âmbito da relação analítica, na pessoa do analista, colocado na posição desses diversos objetos.

A transferência é uma questão muito relativa, tanto para surdos quanto para ouvintes. Cada sujeito se apresenta de uma forma. Com alguns sujeitos a transferência acontece de forma mais simples, e para outros de forma mais complexa. Tendo o analista que manejar essa transferência sempre que necessário.

No entanto, alguns psicanalistas relataram sobre a transferência com surdos no trabalho de Neves (2018, p. 45):

Um dos entrevistados afirma que “é mais forte, pela relação de confiança com um profissional que utiliza a sua língua”, ao passo que um quarto entrevistado declara que “a transferência é algo da neurose infantil. Não tem diferença”. Enfim, “a transferência vai acontecendo”.

Por outro lado, pelo fato de alguns surdos chegarem à sessão acompanhados dos pais, e esses na grande maioria, é orientado pelos mesmos, ocorre que a transferência do analista com o surdo vai depender da relação transferencial com os pais dos surdos. um dos psicanalistas entrevistados por Neves (2018, p.44) mencionam que “[...] independentemente da idade do sujeito, na maioria dos casos, é feito contato com o responsável antes”. Acredita que “vai depender da transferência com os pais a possibilidade de tratamento”.

Outro ponto a respeito da transferência, foi em relação a Libras. O surdo ao encontrar alguém que fala sua língua, automaticamente já se sente muito feliz. O vínculo é criado de imediato com aquela pessoa. Na entrevista realizada por Halabe (2018, p. 83) pode-se verificar o fato da necessidade de comunicação que o surdo tem, e do quanto é escasso as pessoas que se comunicam em Libras. Dado esse fato, a entrevistada afirma:

[...] Por isso que quando a gente encontra alguém ... Fulano, ele sabe se comunicar comigo, pelo menos tentou, a gente fica tão feliz. Sabe por que o surdo rir tanto quando encontra outro surdo? Nós temos meio que um radar, incrivelmente a gente sabe onde tem uma pessoa que também é e a pergunta vem: nossa, vocês se conhecem há quanto tempo? E nós: Há uma hora (risos), porque não sabem da dificuldade para encontrar outro (entrevistada 1).

A Libras pode se tornar um facilitador para a criação da transferência, pois o surdo se sente acolhido e seguro diante de alguém que os escuta. Entretanto, Solé

(2005) orienta sobre o risco do analista ser validado pela capacidade de se comunicar em Libras. Se o analista for fluente e o entender, a transferência ocorre mais facilmente. No entanto, se ele tiver dificuldades para o compreender, isso poderá resultar no abandono do tratamento. Cabe ao analista manejar essa transferência, e ao mesmo tempo não permitir que a sua fluência em Libras possa acarretar em contratransferência, ou em uma transferência erótica. A Psicanalista Solé (2005, p. 88-89) aborda o assunto da seguinte maneira:

[...] o analista, sendo profundo conhecedor da língua de sinais e sendo surdo ou ouvinte, é capaz de chamar a dupla, analista e analisante, para uma cumplicidade fora do simbólico. Sem a referência a um Outro que os organiza, estaria o analista criando uma transferência perversa, e quanto mais ele dominar a língua mais fácil isso pode se dar, negando a existência de uma alteridade. Analista e analisante estariam em uma relação transferencial semelhante ao que se pode dar entre a mãe e seu filho, isto é, sem a inclusão de um terceiro paterno. Esta cumplicidade ignora que ali existe uma diferença fundamental, que é a condição de poder ou não ouvir e de um dos sujeitos não estar habilitado para falar outra língua que não àquela e o outro ter aprendido a língua para poder escutá-lo.

Outro ponto que se apresenta na transferência, é referente a um reflexo do que já foi apresentado aqui com o complexo de Édipo, onde a criança não teve sucesso para se separar da mãe, e o analista, dessa forma, está como um terceiro que ameaça dessa relação dual entre mãe e filho. E a mãe que domina Libras tenta destituir o saber do Psicanalista por não dominar a língua de sua filha. Solé (2005, p. 70-71) ilustra esse ponto a partir de sua experiência:

Em determinado momento do início de meu trabalho com surdos, a mãe de uma menina me acusa de não ter entendido os sinais de sua filha e por isso não ter entendido o que ela me falava. Desse modo, não possuía condições de lhe dizer aquilo que tentava, isto é, que ela precisava se afastar da filha. Como naquele momento dominar ou não a língua de sinais era o que demonstraria minha competência enquanto psicanalista, e como não estava segura de que o caminho de certo modo também se distanciava dessa competição que se estabelece em torno da língua de sinais, eu “ensurdeci”. Não consegui escutar que a mãe questionava meu saber enquanto terceiro capaz de interditar uma relação que ainda era dual.

Diante do exposto, pode-se ainda questionar se esses fatos que ocorreram de acordo com os exemplos podem impossibilitar o tratamento analítico de sujeitos

surdos. No entanto, nos casos clínicos aparecem exemplos que são comuns aos surdos, mas não são incomuns para os ouvintes também. Freud, no início de seus trabalhos já falava sobre a transferência e sobre seus impasses que devem ser contornados pelos psicanalistas. A exemplo, Freud (1912, p. 61) fomenta que:

As peculiaridades da transferência para o médico, graças às quais ela excede, em quantidade e natureza, tudo que se possa justificar em fundamentos sensatos ou racionais, tornam-se inteligíveis se tivermos em mente que essa transferência foi precisamente estabelecida não apenas pelas ideias antecipadas conscientes, mas também por aquelas que foram retidas ou que são inconscientes.

A dinâmica da transferência não é algo explicável ou previsível. Enquanto sujeitos subjetivos, cada um vai manifestar dificuldades ou facilidades para lidar com a figura do Psicanalista, e cabe a ele manejar dentro da sua experiência clínica, cada caso.

Seguindo os impasses do *setting* analítico diante do sujeito surdo, passemos agora para o mais delicado de todos, e o qual realmente se mostra como uma impossibilidade na análise com surdos, o uso do divã.

3.2 A (im)possibilidade de usar o Divã

O divã é a peça fundamental do *setting* analítico enquanto espaço físico. Tornou-se atrelado ao fazer psicanalítico desde a época de Freud. O divã passou a ser relacionado muito mais com um objeto da psicanálise que um móvel de uma sala.

Lacan não dispensou o uso do divã, o manteve como uma padronização. Para Quinet (2009 p. 35) O Divã “como significante, ele representa para o Outro social o psicanalista, qualificado de herdeiro de Freud. Até hoje, os freudianos continuam fazendo seus analisantes deitar-se”.

O divã marca o fim das entrevistas iniciais, e demarca o início da análise propriamente dita. Apesar de, no primeiro instante o divã parecer um procedimento técnico, ele não o é. Trata-se de um relaxamento por parte do analisante e um alívio para o analista para que ele não seja encarado pelo paciente (Quinet, 2009).

Entretanto, o divã não é uma regra fundamental como a associação livre. Inclusive Quinet (2009 p. 36) traz em seu texto sobre uma rigidez ao uso do divã. “Daí sua reserva quanto a uma rigidez técnica: “tudo é permitido com a condição de que se saiba a razão” — pode-se dispensar a condição do divã, segundo Fenichel, em caso de recusa do paciente ou quando ele se encontra por demais desejoso de se deitar”.

Na análise de sujeitos surdos, há a impossibilidade de usar o divã, pois a Libras requer atenção visual do analista, para compreender o que o analisante surdo está sinalizando. E esse é um dos grandes entraves para o atendimento, pois não se trata de contornar uma técnica, mas sim abrir mão dela. No trabalho de Neves (2018 p. 42) ela retrata a fala de um dos psicanalistas sobre o divã:

“Eu não estando no campo da visão, eu posso olhar para qualquer lado e, ainda assim, ouvir o que o paciente está dizendo. Posso fechar os olhos, sei lá, fazer qualquer coisa e, ainda assim, estar tomado pela música do paciente. Agora, com o surdo não tem como eu desviar o olhar. Porque, se eu desvio o olhar, literalmente, eu perco o que está sendo dito.”

Contudo, pode-se pensar que o fato de não ver o analista, não implica no analisante saber que o Psicanalista está lá. Para Solé (2005 p. 14) “[...]não é o divã que define uma prática como psicanalítica, nem necessariamente a cura passa pela necessidade de o paciente não enxergar o analista; desprender-se do olhar não implica deixar de vê-lo”.

Para além do divã, outro ponto que foi destacado nas pesquisas de Neves (2018) foi em relação ao espaço do setting. Para preservar o sigilo da análise, foi orientado pelos psicanalistas entrevistados que utilizassem cortinas nas salas para impedir que outras pessoas pudessem ver o que era sinalizado pelo analista e pelo analisante.

Solé traz um exemplo a respeito dos sinais serem vistos pelas pessoas, que diferentemente dos ouvintes, que podem falar mais baixo quando não querem que as pessoas escutem o que estão dizendo, os surdos acabam ficando muito expostos pelos sinais. Assim, Solé (2005 p. 91) relata:

Vera (46 anos, surda profunda), sem aceitar a separação, vive querendo saber da vida de seu ex-marido que agora tem nova companheira. Uma amiga em comum está no clube perto da companheira nova e a vê sinalizar que o sogro está furioso com este filho, que já não quer mais pagar pelas bobagens que ele faz, e que não gosta dela. Quando Vera me conta, pergunto ingenuamente se a companheira nova teria lhe contado isso; ela me explica que não, que a amiga viu a companheira nova contar para outra pessoa, que estava longe, mas em língua de sinais é possível acompanhar uma conversa ao longe.

É necessário um cuidado maior por parte do analista para preparar um ambiente em que o surdo se sinta seguro e acolhido para falar de suas questões sem medo de que esteja sendo observado, julgado ou exposto.

3.5 O lugar do dinheiro na análise

Dando segmento as considerações sobre o setting, outras questões se apresentam para além do divã, como o dinheiro. Desde o início de seus escritos, Freud nos traz a questão do dinheiro como algo de importância na Psicanálise, não só no que diz respeito ao analista, como também pelo bem do analisante. Segundo Freud (1912 p. 82):

Parece-me mais respeitável e eticamente menos objetável reconhecer os próprios direitos e necessidades reais do que, como ainda é costume entre os médicos, desempenhar o papel do filantropo desinteressado - posição que não se pode, na realidade, ocupar, sob pena de ficar-se secretamente prejudicado, ou queixar-se em alta voz da falta da consideração e do desejo de exploração evidenciado pelos pacientes. Ao fixar os honorários, o analista deve também considerar o fato de que, por mais que trabalhe, nunca poderá ganhar tanto quanto outros especialistas médicos.

O Psicanalista precisa receber pelo seu trabalho, e o analisante precisa estar ciente que se trata de um trabalho ofertado pelo psicanalista, e não um ato de filantropia. Esse ponto se justifica pela transferência, para evitar que o analisante se sinta como objeto de desejo do analista. Do mesmo modo, o Psicanalista precisa estar ciente de que está realizando um trabalho, ofertando horas do seu tempo a uma profissão. Não é aconselhável que Psicanalistas façam tratamentos gratuitos, pois

“[...] surge então a questão de saber se a vantagem obtida pelo paciente não contrabalançaria, até certo ponto, o sacrifício feito pelo médico”. (FREUD, Sigmund. Pag. 82)

Além disso, ao pagar uma sessão, o sujeito se compromete melhor na análise, fazendo um investimento ao tratamento. Mas o ponto que traz essa discussão é uma questão muito levantada pelos analistas de pessoas surdas a respeito do surdo não possuir uma renda, sendo muitas vezes sustentados pelos pais. Esse fato pode ser observado pelos psicanalistas entrevistados por Neves (2018, p. 44):

Enquanto uns defendem que se deve “fazer um valor acessível somente se percebemos que a pessoa precisa e não tem condições”, outros são objetivos ao afirmar que “a maioria tu tens que flexibilizar”; “a maioria deles não tem condições de manter um atendimento com o valor real da Psicanálise”. N6 justifica: “a realidade econômica deles não é muito favorável. Tem que ser feita uma adaptação. Não é resistência, não é porque eles não querem. É porque eles não têm dinheiro para manter”. Logo depois, observa que “alguns surdos não têm formação, nem trabalhos com uma remuneração boa. Daí a gente volta com a realidade do mercado de trabalho: eles acabam mantendo empregos com salários menores. São poucos os surdos que têm uma qualificação, têm um salário melhor”.

Há dificuldades em manter um valor mais alto, mas não é se tratando apenas de surdos. A realidade econômica dos sujeitos é cada vez mais variável, e cabe ao analista manejar os valores para que a análise seja acessível e ao mesmo tempo não abra caminho para a transferência erótica. O acesso de pessoas de diferentes classes ao consultório tem sido cada vez maior. O início do capítulo três trata sobre a clínica social e da importância de o tratamento psicanalítico ser acessível a todos.

Ainda que, a análise não seja paga, como a exemplo, a análise em consultórios públicos, Figueiredo (1997) diz que os analistas afirmam que o sujeito que busca ajuda, que vai de encontro, ele reconhece que ali atua um profissional, e que este é pago para o trabalho, e não presta um serviço filantrópico.

Um exemplo citado por Figueiredo (1997) é de uma mulher que ia duas vezes por semana ao ambulatório, e ela falava sobre a perda, que o marido tomou tudo que ela tinha e referia-se a terapeuta como uma menina que de nada sabia e se tornava cada vez mais difícil os atendimentos. A terapeuta então, propõe a paciente que ela venha somente uma vez por semana, a paciente não gostou muito, mas o inesperado

aconteceu. A paciente passou a ir uma vez por semana, sem faltas e sem atrasos, coisa que era de costume antes, e ela se coloca numa posição de querer se ajudar, fazer da análise algo útil para sua vida. “Diante da perda inesperada de uma sessão, justificada pela confirmação de que “desse jeito não adianta”, sua exigência em obter algo, um ressarcimento de tudo que já pagou e perdeu, dá lugar a um movimento desejante.” (FIGUEIREDO, 1997 p. 102)

O analisante necessita perder algo para desejar a análise. Para que haja um movimento por parte do analisante em relação a análise e para que este entenda do que se trata ali. De um serviço fornecido e que o sucesso desse serviço depende muito do quanto o analisante está disposto a elaborar suas questões.

Por mais que tenha alterações no setting analítico, não somente no espaço físico, como foi demonstrado no presente capítulo, os Psicanalistas entrevistados por Neves (2018) em sua grande maioria afirmam que as alterações se relacionam muito mais a figura do analista e demandam desejo por parte do mesmo para que a análise aconteça com suas devidas reflexões a respeito da análise com sujeitos surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tratou de uma reflexão sobre a prática clínica da Psicanálise diante do analisante surdo. Buscou-se assim esclarecer um pouco sobre quem é o surdo e em que contexto a Libras se desenvolveu como forma de comunicação entre surdos e ouvintes.

Os surdos no passado foram marcados por momentos muito difíceis e de grande sofrimento, devido a violência e as barbaridades que sofriam por não serem reconhecidos como pessoas. Até mesmo nas práticas religiosas, eles eram vistos como seres pecadores e que receberam uma punição divina pela sua deficiência.

Compreender que a surdez se percebe mais como uma diferença do que como uma deficiência requer um grande caminho para percorrer, mas cada vez que a Libras é difundida no Brasil fica mais fácil de se compreender essa diferença e valorizar algo tão rico em nosso país como uma língua oficial, que não acontece pela vocalização, mas sim pelos gestos e expressões que, com o passar dos anos, se transformaram em palavras e em língua com estrutura gramatical como em outras línguas.

Mesmo diante de tantos avanços com a Libras que beneficiaram muito a comunidade surda, os surdos permanecem distantes de uma realidade de receber tratamento psicológico adequado para tratar de suas questões assim como os ouvintes. Há um pequeno número de Psicanalistas que se propõem a analisar o sujeito surdo.

Seja pela falta de conhecimento ou pela falta de informações disponíveis, muitas dúvidas surgem em relação à possibilidade de atender o surdo, e como levantado na hipótese, para que o surdo fosse atendido necessitaria que o analista aprendesse Libras para facilitar a comunicação. A partir desse quesito, iniciou-se o trabalho para investigar tal possibilidade.

Durante o caminho percorrido, o primeiro empasse era sobre o modo que essa pessoa surda passa a ser sujeito surdo para a Psicanálise, dado que para Lacan o sujeito se constitui pela palavra, pela fala, pode-se perceber que mesmo que o surdo não fale, a língua de sinais possibilita que esse surdo se constitua assim como os demais sujeitos ouvintes, mesmo que, de maneiras particulares, ele pode alcançar o seu processo de assujeitamento.

O segundo pressuposto está ligado à análise propriamente dita e ao *setting* analítico. Sobre a análise de surdos, pode-se concluir que existem limitações e muitos manejos que devem ser feitos para que o surdo seja analisado da melhor maneira possível. A Libras facilitará para o analista alcançar o surdo, mantendo a atenção flutuante para escutá-lo e intervir o menos possível na associação livre do analisante. Entretanto, a partir dos estudos e de alguns casos comentados por outros autores, pode-se concluir ainda que as exigências para que a análise aconteça com grande fluência em língua de sinais podem ser construídas com o tempo, pois o grande domínio do Psicanalista na Libras também pode causar impactos negativos para o paciente como o manejo da transferência nas sessões, entre outras.

Algumas alterações no *setting* do consultório também foram ressaltadas, como a impossibilidade de usar o divã, e conclui-se que é possível realizar a análise sem o divã, por mais que se cause estranheza aos Psicanalistas, destacando que o divã auxilia mais o analista do que o analisante. Desse modo, o analista precisará manejar muito mais para não causar interferência na associação livre do paciente, que é a regra fundamental, e pensar em maneiras de contornar tal impasse.

Todos os contornos apresentados durante o trabalho se pautaram pensando na Libras como meio de comunicação e como a forma mais eficaz de manejar os impasses que poderão se apresentar durante a análise dos surdos, mesmo que não haja fluência no primeiro momento, a melhor maneira de se alcançar o surdo se pauta em uma língua que foi criada pensando no surdo e que tem muito a contribuir para a sociedade e principalmente para o *setting* de uma análise.

As alterações feitas para possibilitar a análise de surdos se fundamentam mais em alterações no analista do que no próprio *setting*, lembrando que, como Freud instituiu o desejo do analista como necessário para a análise acontecer, ela aqui tem papel primordial, pois sempre que houver um desejo para atender aqueles que necessitam, os manejos são sempre possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. de P.; LIMA, P. M. R. de; ROURE, S. A. G. de. **A escuta de sujeitos surdos na clínica psicanalítica**. Analytica | São João del-Rei | v. 9 | n. 16| janeiro/junho de 2020 | Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972020000200002> acesso em 20 de abril de 2021.

ALONSO, S. L. (1988). **A escuta psicanalítica**. Disponível em: <www.uol.com.br/percurso/mais/pcs01/artigo0120.htm>. Acesso em 12 de maio de 2021.

BEHARES, Luiz Ernesto; PELUSO, Leonardo. A língua materna dos surdos. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro: INES, n. 6, p. 40-48, mar.1997.

CALLIGARIS, Contardo. **O inconsciente em Lacan**: O inconsciente: várias leituras. São Paulo: Escuta, 1991.

DALCIN, Gladis. Um estranho no ninho: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo. **Repositório Institucional da UFSC**, 2005. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102698>> . Acesso em 10 de outubro de 2020.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito & CAPORALI, Sueli Aparecida. **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 583-597, Maio/Ago. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 14 de outubro de 2020.

Flores, M. R; Beltrami, L., & Souza, A. P. R. (2011). O manhês e suas implicações para a constituição do sujeito na linguagem. **Revista Distúrbios da Comunicação**., 23(2), 143-152. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/8270>>. Acesso em 28 de maio de 2021.

FREUD, Sigmund. **Uma nota sobre o inconsciente na psicanálise**, 1912 in_____. O caso Schreber, artigos sobre a técnica e outros trabalhos. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 273-285.

FREUD, Sigmund. **Sobre o início do tratamento**, 1913 in_____. O caso Schreber, artigos sobre a técnica e outros trabalhos. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 273-285.

FREUD, Sigmund. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana**. Vol. VI. Rio de Janeiro: Imago, 1901.

HALABE, Dannilo Jorge Escorcio. **A psicanálise realizada em libras**: demandas e desafios da clínica com pacientes surdos. 2018. 127 f. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018 Disponível em: < <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20946>> acesso em 12 de Março de 2021.

JORGE, Marco Antônio Coutinho; FERREIRA, Nadiá Paulo. **Lacan, o grande freudiano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan**, v. 1: as bases conceituais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LACAN, Jacques. **Os Nomes-Do-Pai**. André Telles (trad.) Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2005.

LACAN, Jacques. **O seminário: livro1: os escritos técnicos de Freud**, 1953-1954. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 4. A relação de objeto** (1956-1957). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LACAN, Jacques. **Função e campo da fala e da linguagem**. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira. **O surgimento da clínica psicológica**: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 27, n. 4, p. 608-621, . 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932007000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 de Março de 2021.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. **História da educação dos surdos no Brasil**. Seminário de Pesquisa do PPE. Universidade Estadual de Maringá, v. 2, 2015. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf> acesso em 05 de outubro de 2020.

MOURÃO, Arlete. **Uma aventura no território da falta: “curso” de introdução aos fundamentos da teoria e clínica lacanianas**. Editora: Companhia de Freud, 2011.

NASIO, JD. **Meu corpo e suas imagens**. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar; 2009.

NEVES, Juliana Torres Porto das. **Psicoterapia Psicanalítica com pacientes surdos**: um estudo qualitativo sobre características e adaptações técnicas da prática. Porto Alegre 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188898>>. Acesso em 28 de maio de 2021.

NUNES, Lucia Maria. **A escrita em gesto**: um caso de surdez. 2004. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270373>>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, núm. 2, 2014, pp. 17-31. Universidade Federal do Paraná. Paraná, Brasil. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/1550/155031842003.pdf>> acesso em 16 de outubro de 2020.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUINET, Antônio, 1951- Q64q **As 4+1 condições da análise** / Antonio Quinet. 12.ed. – 12.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

RAMOS, Clélia Regina. **LIBRAS**: A língua de sinais dos surdos brasileiros. Editora Arara Azul: Rio De Janeiro, 2002. Disponível em: <www.editora-arara-azul.com.br>. Acesso em: 14 de outubro de 2020.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo de surdos. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

SOLÉ, M.C.P. A surdez enquanto marca constitutiva. **Espaço Informativo Técnico Científico do INES**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 17-23, 1998.

SOLÉ, M. C. P. (2005). **O sujeito surdo e a Psicanálise**: uma outra via de escuta. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008a.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009.

VIVÈS, Jean Michel. **Para introduzir a questão da pulsão invocante**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142009000200007. Acesso em: 27 de abril de 2021.